



TEM UM *elefante* NA SALA

JUSTIÇA
JÁ!
TRIBUTÁRIA

UM GUIA COM *tudo que você precisa saber* SOBRE JUSTIÇA
TRIBUTÁRIA

POR QUE O BRASIL É UM DOS PAÍSES MAIS

DESIGUAIS DO MUNDO?

Porque foi feito para ser assim. Não é exagero nem força de expressão. A desigualdade no Brasil não é um acidente – ela foi planejada, alimentada e mantida ao longo dos séculos. Quem é pobre paga a conta de sustentar o país. **A maioria das pessoas paga imposto em tudo que consome** – do feijão ao pão e à fralda. Enquanto isso, os bilionários, donos de grandes fortunas ou que vivem de lucros e dividendos não tributados estão em um verdadeiro paraíso fiscal tropical, isentos e protegidos.

O resultado é a injustiça tributária na prática: aqui, os super-ricos pagam proporcionalmente menos impostos que os pobres, mesmo que o 1% mais rico ganhe 34 vezes mais que os 50% mais pobres juntos. Isso não acontece em nenhum país desenvolvido do mundo, porque um sistema tão injusto prejudica a todos.

O BRASIL É O PAÍS COM MAIS MILIONÁRIOS NA AMÉRICA LATINA E O MAIS DESIGUAL ENTRE AS PRINCIPAIS ECONOMIAS DO MUNDO.

A desigualdade piora a segurança pública, as escolas, a saúde, a moradia e ainda impacta de forma desproporcional as mulheres e as populações negras. Se a gente quer um Brasil melhor, mais justo e próspero, precisa encarar a desigualdade. Mexer onde ninguém quer mexer. Porque, enquanto a conta não for dividida com equilíbrio e justiça, ela vai continuar pesando sempre nas mesmas costas.



Fontes:

- “A Sobrevivência’ do mais rico – por que é preciso tributar os super-ricos agora para combater as desigualdades”, de Oxfam Brasil
- “A distância que nos une”, de Oxfam Brasil
- Global Wealth Report 2025, de UBS



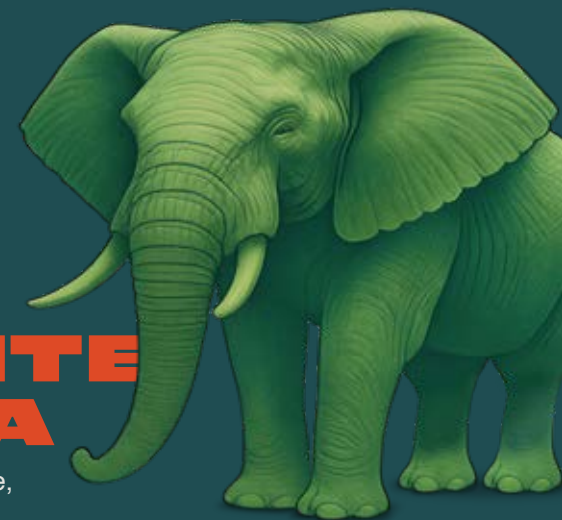
TEM UM ELEFANTE NA SALA

Sabe quando um problema é evidente, mas todo mundo finge que não está vendo? Pode ser algo importante e grandioso, mas nunca encarado por ser desconfortável ou complicado demais. Isso é o que chamamos de “elefante na sala”. Algo enorme, pesado e incômodo, mas que nunca é enfrentado.

No Brasil, nosso “elefante na sala” é o sistema tributário. Ele é injusto, desigual e cruel – principalmente com as mulheres negras, que são maioria entre as pessoas empobrecidas, as populações negras e as pessoas com menor poder aquisitivo. Enquanto a maioria rala para fechar o mês, os super-ricos acumulam privilégios e isenções.

O elefante representa a desigualdade resultante da tributação brasileira, que cobra mais de quem tem menos e aprofunda as desigualdades socioeconômicas. Grande e corpulento, ele revela a imensa necessidade de reparação histórica pelos danos causados por esse sistema injusto.

**Precisamos de
Justiça Tributária Já!**



**ACABOU O
TEMPO DE
IGNORAR ESSE
elefante.
É HORA DE
FALAR SOBRE
ELE.**

MAS, AFINAL, O QUE É **JUSTIÇA** **TRIBUTÁRIA?**

Justiça tributária significa um sistema tributário equitativo, no qual a cobrança de impostos leva em conta a capacidade econômica de cada contribuinte. Ou seja, cada pessoa deveria ser tributada de acordo com as suas possibilidades. É uma forma de enfrentar e reduzir as desigualdades históricas do Brasil e do mundo.

Enquanto os super-ricos da cobertura não pagam de forma proporcional seus impostos, quem mais sofre são os mais pobres, que estão no primeiro andar. O resultado é um sistema tributário que gera mais desigualdades, em vez de combatê-las.

**0,1%
mais rico
do país**
156 MIL
PESSOAS

**RENDIA MÉDIA
R\$ 95 MIL**

**1%
mais rico
do país**
~1,5 MILHÃO
DE PESSOAS

**RENDIA MÉDIA
R\$ 27 MIL**

Fonte: Estudo "Mapa da Riqueza no Brasil", do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social) com dados de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad) e de Imposto de Renda.

#TEMUMELEFANTENASALA

**O DE
CIMA
SOBE**

**O DE
BAIXO
DESCE**



O QUE É UM *super-rico?*

OS SUPER-RICOS SÃO AS PESSOAS QUE CONCENTRAM MONTANTES GIGANTES DE RIQUEZA, MUITO ACIMA DA MÉDIA DA POPULAÇÃO.

Normalmente, eles possuem investimentos, heranças e outros bens, como imóveis e propriedades.

Ser super-rico não depende necessariamente de mérito ou esforço pessoal, mas, muitas vezes, está atrelado a heranças, famílias influentes, poder nos governos e fatores históricos e sociais, como questões de raça e gênero. Não à toa, a maioria dos bilionários é composta de **homens brancos**.

Quem não é um SUPER-RICO?

- Quem comprou um carro “zero”
- Seu parente que viaja “toda hora” para a Europa
- O dono da padaria da sua rua, ou de qualquer outro pequeno empreendimento

E QUEM SÃO OS bilionários?

Se os super-ricos já são muito ricos, imagine um bilionário. Segundo a Forbes Brasil, eles são **pouquíssimos: 55 em um Brasil com 211.000.000 de pessoas**. O bilionário mais rico do país, ainda conforme a revista, tem uma fortuna estimada em **199 bilhões de reais**. Para se ter ideia, um trabalhador comum, que recebe um salário mínimo, levaria milhares de anos para juntar essa quantia.

**LEMBRE-SE:
DEFENDER UM SUPER-RICO
NÃO O FAZ SER UM ;)**

#JUSTIÇATRIBUTÁRIAJÁ

O SISTEMA TRIBUTÁRIO

Coleta de lixo, SUS, escolas gratuitas... Para que o acesso à saúde, à educação, ao lazer, à infraestrutura, à cultura e à segurança seja público e coletivo, precisamos de um sistema tributário — uma forma de criar, cobrar, organizar, distribuir e fiscalizar os impostos que pagamos.

Como funciona?

Aqui, nas últimas quatro décadas, o sistema tributário vem aprofundando o seu caráter regressivo. Isso significa que a maior parte dos tributos incide indiretamente sobre o consumo e os serviços que utilizamos. **Pagamos impostos em tudo que consumimos**, desde a comida do supermercado até o transporte que nos leva ao trabalho.

Por que isso é injusto?

Por ser regressiva e concentrada no consumo, a forma de tributação no Brasil prejudica os mais pobres, que gastam mais sua renda mensal com compras e serviços, e beneficia os mais ricos. Proporcionalmente, quem ganha menos paga mais impostos, enquanto quem ganha muito dinheiro não tem seus lucros e dividendos tributados na pessoa física, por exemplo.

A INJUSTIÇA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO ESTÁ EM QUEM PAGA A CONTA E COMO.

#TEMUMELEFANTENASALA

QUAL É A DIFERENÇA ENTRE TRIBUTAR

O TRABALHO

Tributar o trabalho é o que acontece com quase todo mundo que recebe salário. Se você é CLT, sabe bem: o Imposto de Renda vem descontado no holerite, antes mesmo de o dinheiro cair na sua conta. A partir de pouco mais de R\$ 4.500 por mês, já se paga a maior alíquota: 27,5%. Não tem escapatória.

O CAPITAL

Já tributar o capital é outra história. Nesse contexto, capital significa dinheiro que vira investimento — lucros de empresas, ações na Bolsa, imóveis de alto padrão, fundos exclusivos... E essa turma, especialmente os super-ricos, vive disso. É o dinheiro que trabalha por eles.

~**43%**
CONSUMO

~**3,5%**
OUTROS

~**17,7%**
CAPITAL

~**35,8%**
TRABALHO

Fonte: "Alíquotas Efetivas de Impostos no Brasil (2000-2023)", de Banco Central do Brasil, com base em dados do Tesouro Nacional, Boletim Trimestral de Estatísticas Fiscais do Governo Geral e Azevedo e Fasolo (2015).

Hoje

Hoje, no Brasil, quem vive de capital (e não de salário) praticamente não paga imposto sobre esses rendimentos. Isso mesmo: os dividendos que recebem das empresas vêm limpinhos, sem descontos. Um privilégio que a maioria da população nem sonha em ter.

Enquanto o trabalhador paga imposto antes mesmo de ver o salário, quem herda fortunas e vive de renda pode passar a vida sem contribuir proporcionalmente com o que tem. No fim, tributar o capital significa corrigir uma distorção: não é justo que quem rala pague mais que quem já nasceu rico.

#JUSTIÇATRIBUTÁRIAJÁ

Justiça tributária PARA TODO MUNDO

**POR QUE LUTAR POR JUSTIÇA TRIBUTÁRIA
É LUTAR A FAVOR DAS MULHERES E DAS
POPULAÇÕES NEGRAS?**

O sistema tributário é racista porque cobra mais de quem tem menos, e, no Brasil, quem tem menos são as populações negras por causa de desigualdades históricas.

Ao mesmo tempo, são as mulheres e as populações negras que sustentam o Estado por meio dos tributos sobre o consumo, enquanto os super-ricos – quase sempre homens brancos – seguem protegidos por brechas legais, isenções e privilégios blindados.

Isso não é de hoje. No período da escravidão, tributos sobre a venda de pessoas negras escravizadas chegaram a representar até 15% da arrecadação de algumas províncias. Mesmo após a abolição de 1888, o Estado brasileiro não garantiu reparação nem inclusão para as populações negras, uma realidade que ainda se mantém: o acúmulo de riqueza dos super-ricos e a perpetuação do racismo contra a população negra.



O Brasil precisa romper com o pacto de privilégios que os isenta e considerar o enfrentamento do racismo como pilar fundamental para reduzir as injustiças.

Os movimentos negros estão na luta pela justiça tributária e criam soluções para as desigualdades históricas que enfrentam, mas precisam de reconhecimento, respeito e avanços concretos.

O SISTEMA TRIBUTÁRIO É RACISTA & MACHISTA

PORQUE AGRAVA AS DESIGUALDADES E AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO.

As mulheres (em sua maioria negras, indígenas, quilombolas, trabalhadoras e mães) fazem jornadas duplas ou triplas, têm trabalho doméstico não remunerado e sofrem com os cortes de gastos públicos que interferem diretamente em seu cotidiano. Quando hospitais, escolas e creches públicas são sucateados, são elas que assumem, mais uma vez, o cuidado.

Muitas vezes, as mulheres são as líderes das famílias, responsáveis pelo zelo da casa, pela gestão do dinheiro e pelas compras mensais. Por isso, sofrem com a tributação regressiva que cobra impostos de tudo que consumimos. Se o arroz está mais caro, as mulheres sentem isso no bolso e tentam fazer malabarismo

para fechar o mês, enquanto os bilionários estão desfrutando de isenções fiscais.

Mulheres negras são 28% da população, mas concentram apenas 14,3% da renda nacional. Já o 1% mais rico do Brasil, composto majoritariamente de homens brancos, detém 15,3% da renda.

A justiça tributária deve considerar fundamentais as questões de gênero, afinal, as mulheres são as mantenedoras do Brasil, mas continuam pagando mais tributos que os super-ricos.

**SEM
JUSTIÇA
tributária
NÃO HÁ
JUSTIÇA PARA
O POVO NEGRO.**

Fonte:

- Guia “Desigualdade no Bolso: guia sobre justiça fiscal para mulheres brasileiras”, de Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)
- “Arqueologia da Regressividade Tributária no Brasil”, de Oxfam Brasil



POR QUE O BRASIL É TÃO *diferente* DO RESTO DO MUNDO?

Que somos um dos países mais desiguais do planeta você já sabe. Enquanto boa parte do mundo cobra impostos de quem tem muito, o Brasil faz o oposto: protege o topo e sobrecarrega a base. Em quase todos os países desenvolvidos, o sistema tributário é progressivo, ou seja, quem ganha mais paga mais.

Aqui, a cobrança é montada para parecer neutra, mas só beneficia os mais ricos, que recorrentemente não ajudam a melhorar seu próprio país. No Brasil, lucros e dividendos são isentos de imposto, algo que a Estônia e a Letônia fazem atualmente.

Ou seja, nosso modelo não apenas falha em distribuir renda, mas ele reforça a concentração.

Os bancos, os grandes empresários, os lobistas e as elites políticas e econômicas dizem que qualquer mudança tributária é uma “ameaça ao investimento”, “intervencionismo” ou “guerra contra o desenvolvimento”. Mas não se trata disso. O que queremos é elevar o Brasil ao mapa do bem-estar social, garantindo um país melhor e desenvolvido para todo mundo, ao reequilibrar um jogo que, por muito tempo, só beneficia quem já nasceu ganhando.

ÚNICO NO G20

PAÍS	CARGA TRIBUTÁRIA (% PIB)	IMPOSTO SOBRE RENDA	IMPOSTO SOBRE DIVIDENDOS
BRASIL	~33%	27,5%	0%
EUA	~27%	37%	20%
FRANÇA	~46%	45%	30%
SUÉCIA	~42%	52%	30%

A FORTUNA DO
1% mais rico
DO MUNDO PODERIA
ACABAR COM
A POBREZA
22 VEZES

Fontes:
• Relatório “Do Lucro Privado ao Poder Público”, de Oxfam Global
• Trading Economics
• Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

O QUE ISSO TEM A VER COM SEU *dia a dia?*

1. MAIS DINHEIRO SOBRANDO

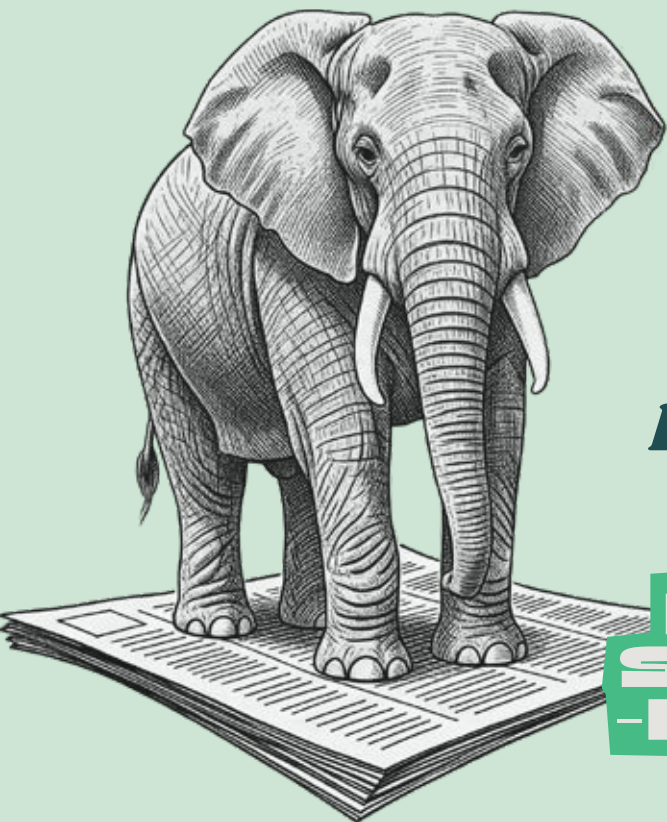
Quando temos um sistema tributário mais justo, a tendência é que os impostos sobre o consumo e os serviços diminuam. Isso pode tornar seus custos de vida mais leves, com uma economia no final de cada mês e mais qualidade de vida.

2. MAIS CIRCULAÇÃO

Com mais dinheiro girando na economia, em vez de parado nas contas bancárias dos super-ricos, toda a cadeia se aquece e se beneficia. Desse jeito, ganhamos um mercado mais robusto para sermos uma potência econômica mais desenvolvida e sustentável em longo prazo.

3. MENOS DESIGUALDADE

Com a economia aquecida, o fluxo de empregos aumenta, assim como o poder de compra, levando à redução da desigualdade socioeconômica. Isso proporciona mais segurança pública, educação de qualidade, saúde acessível e cultura e lazer para todo mundo.



QUANDO A língua da mídia FALA PELOS SUPER- RICOS?

PALAVRAS IMPORTAM

Elas moldam a opinião pública, criam consensos e determinam o que é visto como “responsável” ou “perigoso”. Termos como “populismo fiscal”, “gasto desenfreado” ou “intervencionismo” são frequentemente usados quando o assunto são políticas públicas voltadas à redução das desigualdades – especialmente programas sociais ou qualquer proposta que mexa nos privilégios do topo da pirâmide.

Ao apresentar medidas de justiça tributária como ameaças à economia, a mídia hegemônica reforça os

interesses dos 0,1% mais ricos e deslegitima qualquer tentativa de distribuir riqueza de forma mais justa.

Esse uso da linguagem não é neutro. Pelo contrário: ele revela uma visão de mundo. Diversos veículos de imprensa costumam associar o termo “populismo” a qualquer medida que beneficie os mais pobres, como a ampliação do Bolsa Família ou a taxação de super-ricos. Já quando se trata de isenção fiscal para grandes empresas, o vocabulário muda: vira “incentivo ao empreendedorismo” ou “melhoria no ambiente de negócios”.

#TEMUMELEFANTENASALA

VOCÊ JÁ REPAROU COMO A GRANDE MÍDIA ESCOLHE PALAVRAS ESPECÍFICAS

PARA FALAR SOBRE POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL?

CUSTO BRASIL

Expressão usada para justificar cortes de direitos, redução de impostos para empresas ou privatizações. O “custo” nunca é o lucro excessivo de grandes corporações ou o pagamento da dívida pública, mas sim o salário, o direito trabalhista e o imposto justo.

*A culpa é sempre do povo,
nunca dos privilégios do topo.*

GASTO PÚBLICO ELEVADO

Gastos sociais – como saúde, educação, moradia – são rotulados como “excessivos” ou “insuportáveis”. Mas não se fala com o mesmo tom dos bilhões gastos em juros da dívida ou isenções para bancos e grandes empresários.

*A escolha do que é “gasto” e do que
é “investimento” revela prioridades
ideológicas.*

REFORMAR PARA MODERNIZAR

Muitos veículos usam esse termo para defender reformas trabalhistas e previdenciárias que retiram direitos. “Modernizar” soa positivo, mas na prática pode significar precarizar o trabalho e cortar aposentadorias.

*É uma forma sutil de transformar
retrocessos em avanços narrativos.*

POPULISMO FISCAL

Usado para desqualificar políticas que aumentam gastos sociais, como Bolsa Família, reajuste do salário mínimo ou subsídios para pequenos agricultores. A palavra “populismo” sugere irresponsabilidade, mesmo quando os dados mostram o contrário.

*Mas, quando o governo isenta
grandes empresas de bilhões
em impostos, a mídia chama de
“política de estímulo à economia”.*

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

A expressão aparece quando se propõe flexibilizar leis ambientais, trabalhistas ou tributárias para agradar investidores. A ideia de “ambiente favorável” muitas vezes significa menos direitos, menos proteção e menos justiça.

*Tudo em nome de um crescimento
que raramente chega a quem mais
precisa.*

CARGA TRIBUTÁRIA

A expressão sugere que o problema está no total de impostos pagos, sem mostrar quem paga quanto. Esconde o principal: no Brasil, quem tem menos paga proporcionalmente mais porque o sistema é regressivo.

*Desvia o foco da injustiça
na distribuição da carga,
e não de seu peso total.*



NÃO É SOBRE DEFENDER O GOVERNO, *é sobre* **defender a** **JUSTIÇA**

Justiça tributária deve ser uma política que independe de governos ou partidos políticos. Mudar o sistema, poupar os mais pobres e tributar os super-ricos é financiar o Brasil que a gente precisa com infraestrutura, educação, saúde, equidade de gênero, meio ambiente protegido, moradia digna e reparação para populações negras.

Um sistema tributário justo deve corrigir distorções e caminhar para um país mais próspero, democrático e com igualdade de oportunidades.



QUEM SOMOS

Somos um grupo de trabalho formado por movimentos sociais e organizações comprometidas com a justiça social, como Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Instituto Justiça Fiscal, Instituto de Referência Negra Peregum, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Oxfam Brasil, Plataforma Justa e Plebiscito Popular.

O QUE QUEREMOS

Transformar o sistema tributário brasileiro rumo a uma tributação justa, feminista e antirracista que garanta o enfrentamento às desigualdades sociais. Queremos mobilizar a sociedade civil, pressionar o poder público e nossos representantes políticos, além de conscientizar sobre justiça tributária, inserindo o bem-viver e os direitos sociais no centro do debate.

NOSSAS PROPOSTAS INCLUEM

- Taxar lucros e dividendos
- Corrigir a tabela do IRPF
- Criar contribuição sobre grandes fortunas (a partir de R\$ 1 milhão/ano)
- Tributar exportações de commodities
- Criar uma CIDE ambiental para justiça climática
- Criar o Conselho Nacional de Tributação com participação da sociedade civil

GLOSSÁRIO

TRIBUTAÇÃO REGRESSIVA

Quando se tributa mais o consumo (como comida e produtos básicos) que a renda ou o patrimônio.

TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA

Modelo em que quem ganha mais paga mais, de forma proporcional. É a base da justiça tributária. A maioria dos países desenvolvidos adota esse modelo.

IMPOSTO SOBRE O CONSUMO

Impostos que incidem sobre o que você compra: comida, roupa, remédio etc. No Brasil, esses impostos representam a maior parte da arrecadação – e pesam mais sobre os mais pobres.

IMPOSTO SOBRE A RENDA

Imposto cobrado sobre o que as pessoas ganham, como salários e lucros. No Brasil, a tabela do Imposto de Renda é considerada defasada e injusta, favorecendo os que ganham mais.

LUCROS E DIVIDENDOS

Parte do lucro das empresas que vai para sócios e acionistas. No Brasil, essa renda é isenta de imposto desde 1996. É uma das maiores distorções do sistema.

GRANDES FORTUNAS

Pessoas com patrimônio acumulado muito acima da média (milhões ou bilhões). O Brasil não cobra imposto sobre grandes fortunas, embora a Constituição preveja essa possibilidade desde 1988.

Acesse a metodologia e todas as fontes e bases de dados utilizadas nesta cartilha: oxfam.org.br/justica-tributaria-ja

Produção: Impossível | Direção: Rapha Erichsen | Redação: Bárbara Poerner | Direção de Arte: Fernanda Machado | Coordenação: Beatriz Pessoa, Rodrigo Braga e Mariana Chaves | Articulação: Eloísa Artuso | Consultoria: André Santos | Estagiário: Francisco Gurgel

É HORA DE ENCARAR



ELEFANTE

ENVIE ESTA CARTILHA PARA ALGUÉM.

Fale sobre isso em sua roda de amigos.

AJUDE A PRESSIONAR O PODER PÚBLICO.

Junte-se a nós!



**OXFAM.ORG.BR
/JUSTICA-TRIBUTARIA-JA**